2.^a Sessão Legislativa da 4.^a Legislatura
Ata da 48.^a Sessão Ordinária — Em 18 de julho de 1960

Presidência do sr. deputado Paulo de Camargo, secretariada pelos srs. deputados Aníbal Curi e José Vaz de Carvalho.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Paulo de Camargo, Pedro Liberti, Aníbal Curi, Nicanor de Vasconcellos, Arthur de Souza, Ambrosio Choma Agostinho Rodrigues, Antonio Annibelli, Antonio Ruppel, Amadeu Puppi, Cândido Machado de Oliveira Neto, Nivaldo Gomes, João Cernicchiaro, Emilio Carazzai, Dino Veiga Thadeo Sobocinski, José Vaz de Carvalho, João Mansur, José Hoffmann, João Simões Libânio Cardoso, Raphael Kuliski, Luiz Alberto Dalcanalle, Mário de Barros Mário Faraco, Néo Martins, Nilson Ribas, Ruy Gândara, Renato Bueno, Vargas de Oliveira e Waldemar Daros (31); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Guataçara Borba Carneiro, Amaury Silva, Ernesto Morc, Haroldo Leon Péres, Joaquim Néia, Elio Duarte Dias, Jorge Maia, Jorge Nasser Alvaro Dirceu Viana, Miguel Dinizo, Sady de Brito, Léo de Almeida Neves, Vidal Vanhoni e Waldomiro Haneiko (14).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O,
passando o sr. 2.^o Secretário à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão a ata.

O SR. WALDEMAR DAROS — (Sobre a ata). Sr. Presidente, sr. Deputados.

Instalou-se sábado último nesta capital, no auditório do Colégio Estadual a II.^a Convenção Nacional dos Ferroviários e Servidores Públicos do Brasil. Na realidade, a classe de servidores da Rede Ferroviária Federal vem nesse conclave tomar posição de luta em favor das principais reivindicações que afligem o povo brasileiro.

O jornal "O Estado do Paraná", em sua edição de sábado, assim se manifesta sobre esse memorável conclave:

"A II Convenção Nacional dos Ferroviários Servidores Públicos, que terá hoje seu início em nossa Capital, objetiva reunir, para efeito de debates dos problemas que afetam os ferroviários subordinados à Rede Ferroviária Federal e para uma definição perante os grandes problemas nacionais, as representações das grandes ferrovias do País. O conclave, que vem despertando interesse invulgar entre a classe ferroviária, ao que tudo indica fugirá ao lugar comum das reuniões destinadas ao exame dos interesses e aspirações de um determinado grupo dentro do concerto social, para marcar a participação atuante dos ferroviários nos problemas que afetam à conjuntura brasileira. Pela razão exposta, o conclave que terá Curitiba por sede vem despertando a atenção generalizada de todos os setores da vida nacional, uma vez que representando uma força vital para a nação, no que concerne ao setor de transportes, (a que estão afetadas todas as demais atividades da produção e do consumo) a classe ferroviária pela primeira vez tomará posição definida diante de questões extremamente sensíveis.

PETROLEO, ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O Sr. Horácio da Silva Martins, presidente da seção regional da União

dos Ferroviários do Brasil informa que o II Conclave terá caráter de muito maior importância do que lhe emprestam atualmente os diretores da RFF e das demais ferroviárias nacionais, que se farão representar por delegações em vista da seriedade indiscutível dos problemas constantes no temário a ser debatido. Com efeito, o conclave que deverá se prolongar até o dia 20, se deterá no exame de questões de extrema atualidade: a) — Será conhecida a posição dos ferroviários diante do problema do petróleo e derivados; b) — Proposta para a criação da Eletrobrás, com a consequente encampação das empresas de energia elétrica de todo o País e nacionalização das mantidas por capitais estrangeiros; c) — Nacionalização das empresas de transportes aéreos e marítimos que atuem no País, entendido como mercado interno; d) — Nacionalização das Cias. Telefônicas e telegráficas; além de outros problemas. Crê o Sr. Horácio Martins, que o apoio das delegações ferroviárias presentes ao conclave a estas questões, há de ser pacífico e garantido.

DIREITO DE GREVE PARA SERVIDORES PÚBLICOS

Um dos pontos de interesse direto da classe mas de âmbito geral, que vai provocar maiores controvérsias e mais acêsos debates — acentua o Presidente da seção regional da UFB — será o que concerne à concessão do Direito de Greve para os ferroviários servidores da União, e portanto subordinados à RFF. As delegações presentes ao II Conclave, assevera Horácio Martins, deverão promover substancial debate sobre a concessão do direito de greve aos servidores públicos em geral e, especialmente, aqueles que trabalham em empresas industriais sob o domínio do poder público, seja este do Município, do Estado ou da União.

DISSÍDIOS COLETIVOS

Parece estar implícito no temário apresentado pelos ferroviários, o seu desejo de libertar-se do domínio direto do poder público, com a obtenção dos direitos sindicais, concedidos ou não às demais classes. Avulta ainda no temário, o problema do dissídio coletivo. Desejam os ferroviários debater a definição da Justiça do Trabalho, no tocante ao julgamento dos dissídios ou reclamações, coletivas e individuais, dos ferroviários ligados à Rede Ferroviária Federal S.A., atualmente presidida pelo Eng. Rosaldo de Mello Leitão, ex-Diretor da Rede Viação Paraná-Santa Catarina.”

Sr. Presidente e srs. Deputados. Requeiro, após ouvido o plenário, seja telegrafado aos dirigentes desse conclave dando-lhe nosso apoio incondicional e inteira solidariedade aos temas a serem debatidos, porque na realidade são do interesse de nosso Estado e do país.

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a ata.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — (Sobre a ata) — Sr. Presidente e srs. Deputados. Ontem, completou o seu nono aniversário, o valeroso, o brilhante matutino “Estado do Paraná”.

Não poderíamos deixar passar despercebida essa data pois, nós que militamos na oposição construtiva no Paraná, temos recebido desse jornal a acolhida e a divulgação daquilo que temos feito em benefício do povo e contra o atual Governo.

O jornal é sempre uma fonte de irradiação da cultura, e contribui para o desenvolvimento de todas as atividades: da economia, da pecuária, da lavoura, enfim, de tudo que nós podemos dizer, de interesse de uma coletividade. Nós vemos nesse Jornal um representante do povo do Paraná, porque tem sabido nestas horas difíceis, se conservar com coerência, com uma equipe de jornalistas dos mais valorosos e mais brilhantes.

Sobre todos os assuntos, esse jornal é hoje, sem dúvida nenhuma, um órgão líder do Estado do Paraná.

Portanto, sr. Presidente, eu gostaria que ficasse consignado na ata dos

trabalhos de hoje, um voto de regozijo e de aplauso e que esse jornal tenha vida eterna em nosso Paraná para que possamos sempre ter uma voz na defesa da nossa liberdade, uma voz intransigente contra os desmandos dos maus governos. Enfim, uma voz em defesa de nossa democracia que é, sem dúvida alguma, pelo que lutamos e o que desejamos para o nosso país. Fazemos votos a fim de que seja consolidada no Brasil a verdadeira democracia dos bons governos, dos bons homens públicos, e de tudo que possa fazer a felicidade do povo.

Era só, sr. Presidente.

O SR. 1.º SECRETARIO procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE :

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos do art. 66 do Regimento Interno, requer a realização de uma sessão extraordinária, hoje, às 20,30 horas.

Sala das Sessões, em 18 de julho de 1960.

(a) Néo Martins.

— Do sr. deputado Nicanor de Vasconcelos, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 440-59, 462-59 e 229-60.

— Do sr. deputado Néo Martins, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 350-59.

— Do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 257-60.

— Do sr. deputado Antonio Annibelli, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 229-60.

— Do sr. deputado João Mansur, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 761-59, constante da Ordem do Dia de hoje e sobre as demais matérias que se encontram sobre a mesa.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada uma Coletoria Estadual de 4.ª classe na sede do Distrito de Jaciaba, no Município de Prudentópolis.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor sa data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de julho de 1960.

(a) Raphael Kulisky

Justificação: — A instalação de uma coletoria estadual em Jaciaba virá beneficiar uma grande área do município de Prudentópolis, compreendida, além do Distrito, as localidades de Marrecas, Herval, Ligação e Pimentaí. O grande número de moradores dessas localidades, distantes, em média 80 quilômetros da sede de Prudentópolis, toda vez que necessitam tratar de qualquer assunto na Coletoria Estadual são obrigados a enfrentar viagens dispendiosas por estradas intransitáveis em época de chuvas, sofrendo, por isso, grandes prejuizos. A arrecadação de impostos será aumentada, possibilitando, assim, obtenção de maior cota do art. 20 para a Prefeitura de Prudentópolis, tendo em vista que, atualmente, alguns impostos, especialmente o de Vendas e Consignações, são recolhidos por coletorias de municípios vizinhos, resultando em prejuizo para Prudentópolis.

Estas as razões que justificam plenamente a criação de uma coletoria estadual no Distrito de Jaciaba, distante da sede de Prudentópolis 96 quilômetros.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Tem a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Aníbal Curi.

O SR. ANIBAL CURI — Sr. Presidente, srs. deputados.

O sr. deputado João Vargas de Oliveira requereu voto de congratulações ao jornal “Estado do Paraná”, cujo aniversário transcorre no dia de hoje. Todos nós sabemos, sr. Presidente, sr. deputados, os relevantes serviços que tem prestado esse jornal ao povo paranaense. Órgão vibrante da nossa imprensa, “O Estado do Paraná” vem prestando, à população paranaense os melhores esclarecimentos.

Por esse motivo, sr. Presidente, eu quero me associar ao voto de louvor e congratulações sr. deputado João Vargas de Oliveira, ao jornal que hoje comemora nove anos de existência.

O Sr. Waldemar Daros — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Em meu nome pessoal, quero me associar às palavras de V. Excia., a esta manifestação de congratulações com o jornal “O Estado do Paraná”, porque, na realidade, esse jornal tem sido o veículo do pensamento do povo do Paraná. Pela sua seriedade, merece toda a nossa consideração pois, mesmo agora, nesta fase político-eleitoreira, tem se mostrado imparcial, atendendo sempre aos sentimentos políticos das diversas facções que se combatem em nosso Estado. Tanto é certo, que “O Estado do Paraná” vem publicando constantemente a propaganda do candidato do meu partido, Senador Nelson Maculan, ao mesmo tempo que faz também a propaganda de outro candidato, Major Ney Braga. Esta é uma demonstração de democracia, de compreensão. Por isso, essa data é de regozijo para nós e para o povo do Paraná, porque o jornal “O Estado do Paraná” é um matutino que vem cumprindo com as suas finalidades, dando ao povo do Paraná, uma demonstração de fidelidade, de orientação certa e segura.

Era o aparte, que queria dar a V. Excia., de colaboração.

O SR. ANIBAL CURY — Agradeço o aparte do sr. deputado Waldemar Daros, que veio reforçar as minhas expressões no que diz respeito ao jornal “O Estado do Paraná”.

Sr. Presidente, desta maneira, hipoteco a nossa solidariedade ao requerimento formulado pelo sr. deputado João Vargas de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. deputado João Simões, segundo orador inscrito.

O SR. JOÃO SIMÕES — Sr. Presidente, assomo à minha tribuna, nesta oportunidade, com o objetivo principal de tecer considerações a respeito da importância, e, por isso, da absoluta necessidade que tem esta Assembléa de, no dia de hoje, votar vários dos projetos constantes da Ordem do Dia, já que, na sua maioria, esses projetos referendam e se referem a assuntos de grande importância para a coletividade paranaense, cabendo, portanto, aos senhores Deputados, a obrigação de discuti-los e aprovar aqueles que esta Casa julgue justos.

Entre os projetos constantes da Ordem do Dia de hoje, devo citar o de número 279, que revigora a autorização constante do artigo 1.º da Lei n. 3140, de 6-6-57, que dispõe sobre a abertura de crédito especial de Cr\$ 3.313.725,60 destinado a indenizar 276 alqueires desapropriados pelo Estado em Guaraci, de propriedade de Miguel Lucas Barleta e Avelino Avelaria Gonzales, e dá outras providências. Esse projeto, que se encontra em votação em Redação Final na Ordem do Dia de hoje, representa assunto de relevante importância para os proprietários daqueles terrenos, pessoas que necessitam ver regularizada sua situação, já que, através de uma lei do Executivo, se viram privados de uma propriedade particular de grande valor, a qual já entregaram ao Governo do Estado, e em razão do que vêm tendo prejuízos sensíveis no desenvolvimento das suas atividades particulares. Não podemos justificar que um projeto de lei, que representa compromissos assumidos pelo Governo do Estado do Paraná, continue nesta Casa por tanto tempo, na dependência exclusiva da votação da Assembléa.

Temos, também, na Ordem do Dia de hoje, outros projetos igualmente

importantes, como é o caso do projeto de lei 254-60 que autoriza ao Poder Executivo a abrir ao Departamento de Estradas de Rodagem, um crédito especial de 25 milhões de cruzeiros, destinados a ocorrer despesas com a construção e revestimento primário da estrada Morretes-Antonina constituindo a rodovia BR-6.

Ora sr. Presidente, todos nós sabemos perfeitamente do valor que representa para o Estado do Paraná, o revestimento necessário das nossas estradas de rodagem e principalmente este trecho, a que se destina o Projeto, que servirá à três localidades das mais tradicionais e importantes do nosso Estado, como são as localidades de Antonina, de Morretes e de Catatu.

Sabemos, por intermédio de vários moradores daquelas regiões, o quanto representará para aqueles Municípios a concretização desse serviço em razão do progresso constante daquela zona que vê diariamente aumentado o número de veículos que fazem uso dessa rodovia e que, por isso mesmo, não compete mais permanecer na situação em que está atualmente.

É este, sr. Presidente, e srs. Deputados, também, um dos Projetos de relevante importância que devemos discutir e votar na presente sessão.

Quero ressaltar, ainda nesta oportunidade, a importância do Projeto de Lei 95-60 que autoriza também a abertura de um crédito especial de 27 milhões de cruzeiros ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, para atender diversos empreendimentos, relativamente ao fornecimento da tão necessária energia a vários e importantes Municípios do nosso Estado.

Sabemos todos, sr. Presidente, da verdadeira fome de energia elétrica existente no Estado do Paraná e não poderíamos ser nós, os deputados com assento nesta Casa, que deixaríamos de cumprir com o nosso dever, fornecendo ao Executivo as leis necessárias, no sentido de que ele possa atender aos justos reclamos dos homens do interior do Paraná.

Quero ressaltar, nesta oportunidade, a necessidade que tem esta Assembléia de discutir e votar os projetos de lei constantes da Ordem do Dia de hoje e que se referem a elevação de entrância de várias Comarcas do Estado do Paraná. Estes projetos representam a aspiração de grande número de Comarca que, em razão de seu progresso constante, merecem ser elevadas a entrâncias superiores.

Chamo a atenção dos srs. Deputados para o projeto de lei 36-60, de autoria do deputado Renato Bueno que autoriza o Executivo a conceder garantias ao Tesouro Nacional para os empréstimos que a Carteira Agrícola do Banco do Estado do Paraná venha a firmar com os agricultores para o desenvolvimento da cultura do ramí, já que a sua fibra vem, hoje, tendo aceitação extraordinária em todos os mercados de fibras do mundo. As terras do Paraná, sr. Presidente, principalmente as terras roxas do norte do Estado são, efetivamente, das mais aproveitáveis para o desenvolvimento desta cultura, através da qual poderá o nosso Estado aumentar, com muita intensidade as divisas de que tanto carece o nosso país.

Outro projeto de real importância constante da Ordem do Dia de hoje, é o de n. 655-59 que vem, através o Poder Executivo, abrir um crédito especial de Cr\$ 687.371,00 para que o Departamento de Águas e Energia Elétrica possa atender as despesas com a instalação de energia elétrica em Guaratuba.

Devo ressaltar ainda, sr. Presidente, a importância do projeto de lei 576-59, que autoriza um crédito especial de quatro milhões à Secretaria de Saúde Pública, destinados a completar o equipamento dos Hospitais de Jaguariaíva e Tibagi.

É por demais conhecida, nesta Casa e em nosso Estado, a importância que estes dois hospitais têm na região a que servem e o que não se pode compreender, é que tais hospitais, construídos dentro da mais moderna técnica, não sejam também dotados do mais moderno equipamento hospitalar. E é por esta razão, sr. Presidente, que considero de suma importância a

aprovação, por esta Assembléa, do projeto, que dará ao Executivo os recursos necessários para essa obra.

Mas sr. Presidente, outros projetos de importância também, que seria por demais longo se aqui fossem por mim citados, um a uma, constam da Ordem do Dia da sessão de hoje. Mas, o que pretendo nesta oportunidade ressaltar, sr. Presidente, é a grande importância que representa para o desenvolvimento sempre crescente do Estado do Paraná, a grande importância que representa nas aspirações de milhares de homens do interior do Paraná e através de seus trabalhos e através de seus esforços e da sua capacidade, vêm contribuindo diariamente no sentido do progresso do nosso Estado. Este projeto, sr. Presidente, é o de número 761-59, que se encontra em votação, em redação final, e pelo qual, se hoje for votado, por esta Assembléa serão criados no nosso Estado, 59 novos municípios, atendendo assim, como disse de início, àquela maior aspiração dos homens que trabalham e que residem naquelas regiões e aos quais, em razão dos seus direitos, temos a obrigação de atender, indo ao encontro de sua vontade, levando-lhes a certeza de que os representantes que elegeram nesta Casa sentem as suas necessidades, atendem às suas aspirações, dando, aos distritos em que residem, a autonomia que pretendem e que desejam, contribuindo, também, dessa forma, para o aumento da renda federal em nosso Estado, já que, através da contribuição a que se refere o art. 15 da Constituição Federal, todos esses novos municípios receberão anualmente a quota a que têm direito, e que foi fixada por aquêlê artigo e com o qual muitos e novos benefícios poderão correr para as suas regiões.

Sabemos das grandes necessidades que são sentidas nos longínquos distritos do Estado do Paraná. Sabemos que a grande maioria dèsses distritos, em outras vezes, já que na maioria dos casos os prefeitos dos municípios a que pertencem èsses distritos e futuros municípios são homens provindos da sede dos municípios, são homens quase sempre sem maiores ligações com os distritos e, por isso mesmo, nem sempre, ou quase sempre, por razões várias, se desinteressam da sorte daqueles que ali residem. É sabido que èsses distritos obtiveram sua emancipação, procurarão, naturalmente, eleger para a chefia do seu executivo, homens provados, homens capazes, homens que através do seu passado, já demonstraram o amor necessário à terra em que vivem. Já demonstraram a capacidade de que eles são dotados e que, por isso mesmo, estarão em condições, sr. Presidente e srs. Deputados, de levar àquelas regiões o progresso de que são merecedoras, de levar àqueles Municípios o progresso e as vantagens que poderão obter com os recursos e através de uma administração sãdia e inteligente.

Conhecemos, sr. Presidente e srs. Deputados, pessoalmente a grande maioria das regiões e dos novos Municípios que deverão ser criados.

Sabemos, sr. Presidente, que a quase totalidade desses novos Municípios carece, para o maior desenvolvimento daquelas zonas, de melhores estradas, de melhores escolas, de hospitais e da assistência de alguém que tenha efetivo interesse no seu desenvolvimento e no seu progresso. Sabemos também, sr. Presidente, que através dos recursos que estas regiões, uma vez criados èstes Municípios, virão receber não só por auxílios do Poder Executivo Estadual, não só por auxílios do Poder Executivo Federal, como também, em razão...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que está encerrada a hora do expediente, mas que concederá mais cinco minutos para que V. Excia. possa terminar o seu discurso.

O SR. JOAO SIMÕES — Obrigado. O meu objetivo, sr. Presidente, o que pretendo efetivamente com estas minhas palavras é fazer um apêlo aos nobres colegas e aos srs. Deputados que, na sua maioria ou mesmo na sua totalidade aqui representam os novos Municípios e que, por isso mesmo, deverão ter interesse e satisfação em ver concretizada a satisfação máxima

daquela gente que, como todos nós, contribue com seu esforço e trabalho para o progresso de nosso Estado.

O meu apêlo fica aqui consignado, é no sentido de que seja votada hoje, tôda a Ordem do Dia e, principalmente o projeto de lei 761-59.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do expediente, passa-se à ORDEM DO DIA

com a presença de 29 srs. Deputados.

Requerimento de autoria do sr. deputado Waldemar Daros. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Vargas de Oliveira. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Néo Martins. Em votação **Aprovado.**

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Vai ser procedida a verificação de votação.

Os srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do sr. deputado Néo Martins, queiram conservar-se sentados.

20 srs. Deputados aprovam. 1 absteve-se de votar. Não há quorum para votações.

O SR. JOSÉ HOFFMANN — (Pela ordem). Sr. Presidente, eu penso que há quorum para votações, porque V. Excia. não computou o voto do sr. deputado Antonio Annibelli que pediu verificação de votação. E o sr. deputado Nilson Ribas, absteve-se de votar.

O SR. PRESIDENTE — Decidindo a questão de ordem do sr. deputado José Hoffmann, a Mesa decide favoravelmente. De fato o nobre deputado Antonio Annibelli pediu verificação de votação e retirou-se do plenário. Será computado o seu voto. **Aprovado o Requerimento.**

Projeto de lei, de autoria do sr. deputado Raphael Kuliski, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos de autoria dos srs. deputados Vargas de Oliveira e Waldemar Daros, de regozijo e congratulações. **Aprovados.**

Requerimento do sr. deputado Nicanor de Vasconcellos, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 440-59, 462-59 e 229-60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Néo Martins, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 350-59. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 257-60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Antonio Annibelli, solicitando preferência para a votação do Projeto de Lei n. 229-60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado João Mansur, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 761-59. — **Aprovado.**

Votação em Redação Final — do Projeto de Lei n. 761-59, que cria diversos municípios, que especifica. — **Aprovado.**

Votação em 3.^a Discussão — do Projeto de Lei n. 440-59, de autoria do Dep. Ruy Gândara, que eleva, de 2.^a para 3.^a entrância, a Comarca de Wenceslau Braz, mantendo os atuais Distritos Judiciários. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

Votação em 1.^a Discussão — do Projeto de Lei n. 462-59, de autoria do Dep. Ruy Gândara, que eleva de 3.^a para 4.^a Entrância a Comarca de Guaruva, e dá outras providências. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 350-59, de autoria do Dep. Néo Martins, que cria a Comarca de Piraquara, de 1.ª entrância, com sede na cidade do mesmo nome, compreendendo os Distritos Judiciários de 1) Piraquara; 2) Quatro Barras e 3) Campina Grande do Sul, com as divisas que especifica, e dá outras providências. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 229-60, de autoria do Dep. João Simões, que eleva para 4.ª entrância a Comarca de Sertanópolis. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito de V. Excia. um esclarecimento no sentido de saber se foi votado e aprovada a Redação Final do Projeto de Lei n. 761-59. E se foi colocada em votação essa redação, eu solicitaria da Mesa um esclarecimento: se não se encontro com preferência ao Projeto de Lei 761-59, um requerimento de votação nominal?

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que os requerimentos de votação nominal, como, aliás, os de preferência e de inversão da Ordem do Dia referem-se ao dia em que é feito o requerimento. Esta Presidência vai procurar saber se o requerimento que foi aprovado pela Casa, e que assegura a votação nominal para o Projeto de Lei n. 761-59, diz se é para o dia em que foi datado ou se não marca data. No caso de o requerimento não falar em data, a votação nominal terá de ser processada. Em obediência à Questão de Ordem do sr. deputado Luiz Alberto Dalcanale, a Presidência vai proceder à leitura do requerimento aprovado no dia 13 de junho de 1960.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (lê) requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Ainda sobre o requerimento, a Presidência tem a esclarecer ao sr. Deputado que houve equívoco quanto à redação do mesmo. A Mesa julgou que o requerimento se referia à votação nominal para o dia 13 de junho. Entretanto a Mesa verifica no momento que a votação nominal era para o Projeto de Lei nº 761-59.

De modo que V. Excia. tem razão, em sua questão de ordem, e a Mesa volta atrás em sua decisão, sendo que o sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos sr. Deputados para a votação do projeto.

O SR. 1º SECRETARIO — (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Votaram sim 21 srs. deputados. Nenhum votou não. não há quorum

O SR. JOAO SIMÕES — Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra pela ordem o sr. deputado João Simões.

O SR. JOAO SIMÕES — Sr. Presidente, pedi a palavra pela Ordem para consultar a Mesa sobre a votação nominal do Projeto 761/59, que já havia anteriormente sido aprovado por esta Casa e que, exclusivamente, em razão de uma questão de ordem requerida pelos srs. deputados Antonio Anibelli e Luiz Alberto Dalcanalle, volta a votação e, desta vez, em votação nominal, e eu perguntaria sr. Presidente, uma vez que esta questão de ordem foi levantada por estes dois deputados, se não deveriam também ser contados na votação nominal para verificação de quorum como presentes à sessão, os dois deputados a que me referi: Antonio Anibelli e Luiz Alberto Dalcanalle.

Era só.

O SR. ANIBAL CURI — Sr. Presidente, em reforço à questão de ordem levantada pelo nobre deputado João Simões, quero citar o parágrafo 2 do Artigo 167 do nosso Regimento Interno que diz o seguinte: "É vedado a qualquer deputado retirar-se do recinto durante fase de votação de matéria".

Era esta a questão de Ordem que eu gostaria de levantar e entendo que os votos dos srs. deputados Antonio Anibelli e Luiz Alberto Dalcanalle, sejam contados como abstenções.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, decidindo as questões de Ordem dos srs. deputados João Simões e Anibal Curi, comunica que o deputado Luiz Alberto Dalcanalle no momento em que se iniciava a votação nominal, não se encontrava mais no Plenário.

O SR. ANIBAL CURI — O sr. deputado Luiz Alberto Dalcanalle está aqui. V. Excia., considerou aprovado o Projeto dos Municípios e logo em seguida colocou outros Projetos em votação. O sr. deputado Luiz Alberto Dalcanalle levantou a questão de ordem depois que V. Excia. colocou outros Projetos em votação. Tratava-se de matéria vencida que V. Excia. não poderia reconsiderar.

Era mais uma questão de ordem que eu levanto.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa reconsiderou porque houve, de fato, motivo e esta Presidência não quer, com isto, perturbar o bom andamento da sessão.

Por esse motivo voltou atrás na votação anterior.

O SR. ANIBAL CURY — (Pela ordem). V. Excia., sr. Presidente, já decidiu a questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE — Decidindo a questão de ordem do sr. deputado Anibal Curi, esta Presidência repete o que já disse. No momento da votação nominal do Projeto de Lei 761/59, o sr. deputado Luiz Alberto Dalcanalle havia se retirado do recinto. Nessas condições, continuou faltando **quorum** para a votação.

O SR. ANIBAL CURI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro da decisão de V. Excia. para o plenário. Sei que a decisão de V. Excia. é irrevogável, mas, se V. Excia. colocar em plenário, aliás medida facultada pelo Regimento Interno, tenho certeza de que a Casa vai atender a Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Por liberalidade a Mesa vai aceder a solicitação do sr. deputado Anibal Cury e será transferida ao plenário a decisão da Mesa.

Os srs. Deputados que estão de acordo com a Questão de Ordem levantada pelos srs. deputados João Simões e Anibal Cury queiram levantar-se.

O SR. ANIBAL CURY — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Excia. está procedendo de maneira inversa ao que determina o Regimento Interno que diz que os srs. Deputados que aprovam devem se conservar como estão.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. está avançando um pouco das decisões da Mesa.

Nesta oportunidade a Presidência queria era fazer uma verificação.

O SR. ANIBAL CURY — (Pela ordem). Sr. Presidente, não se trata de uma verificação de votação. Trata-se de uma decisão que V. Excia. vai submeter a votação do plenário.

O SR. PRESIDENTE — Mais uma vez esta Presidência vai aceder o

pedido do nobre deputado Anibal Cury. Os srs. Deputados que aprovam a sua Questão de Ordem queiram conservar-se como estão. — **Aprovada.**

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE — (Pela ordem). V. Excia. Sr. Presidente, procedeu a chamada nominal dos srs. Deputados e verificou a presença de 21 srs. Deputados. Levantada uma Questão de Ordem, o nobre deputado Anibal Cury solicitou de V. Excia. a necessária liberalidade para que a Questão de Ordem fôsse colocada em plenário — desde que estou nesta Assembléa Legislativa, ainda não vi da decisão da Mesa que o Presidente da Casa submetesse a votação do plenário.

No entanto, V. Excia. procedeu a uma chamada nominal e não foi verificado número regimental. Depois disso V. Excia., conhecendo perfeitamente que não havia número na Casa, colocou em votação matéria nova, isso quando V. Excia. já tinha anunciado que não havia quorum na Casa.

Esta a questão de ordem que levanto neste momento.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo a questão de ordem do nobre deputado Luiz Alberto Dalcanalle, houve dúvidas justamente nessa parte: se havia ou não quorum, por que se baseou na questão de ordem dos deputados João Simões e Anibal Cury. Nestas condições, houve sempre a possibilidade de haver quorum.

O SR. ANIBAL CURY - (Pela ordem). Sr. Presidente, a minha questão de ordem versava justamente sobre esse motivo: se V. Excia. devia considerar os dois votos, do deputado Luiz Alberto Dalcanalle e do deputado Antonio Annibelli. V. Excia. terá de tomar a sua decisão, contando com a presença desses dois deputados no Plenário.

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE — (Pela ordem). Sr. Presidente, o Regimento Interno, no seu artigo 149, diz o seguinte: (1º) "A votação nominal far-se-á pela lista geral dos deputados, que serão chamados pelo 1º Secretário e responderão sim ou não, conforme forem a favor ou contra a matéria em deliberação; o 2º secretário tomará assentamento dos nomes dos deputados favoráveis e dos contrários, que em seguida serão lidos, proclamando o Presidente o resultado".

Eu acho, sr. Presidente, que o Regimento Interno é muito claro. O nobre deputado Anibal Cury levantou a sua questão de ordem e a fundamentou no artigo 167, § 2º, e nós, voltando ao Regimento, fomos encontrar o seguinte título: (1º) "Do projeto orçamentário: § 2º — O título da Despesa dividir-se-á em duas partes: uma fixa que poderá ser alterada, senão em virtude de lei anterior; outra variável, que obedecerá a rigorosa especialização".

Creio que há uma inversão de entendimento, sr. Presidente, V. Excia. como Presidente da Casa, deve encarar o Regimento Interno, friamente, como ele está escrito.

Era o que queria levar à consideração de V. Excia., acreditando no critério da Comissão Executiva da Casa.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — (Pela ordem). Sr. Presidente. Sou obrigado a vir "pela ordem", para dar uma explicação. Afinal, o deputado Anibal Cury parece que está brincando de esconder aqui na Assembléa Legislativa...

O sr. Anibal Cury — Quem está brincando de esconder é V. Excia.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — ou ele não está atinando com o que está se passando aqui na Casa, ou então está, parece-me, querendo tapar o sol com a peneira.

Não procede a Questão de Ordem do nobre deputado Anibal Cury, por que? Porque o deputado Luiz Alberto Dalcanalle e o deputado Antonio Annibelli, levantaram uma Questão de Ordem sobre uma votação que a Mesa procedeu incorretamente. Na hora dessa votação, aquêles Deputados não se encontravam na Casa, sim mas não no Plenário. Ora, sr. Presidente, sexta-

feira. V. Excia. deixou de submeter ao Plenário, a votação, um requerimento que transformava a votação nominal em votação simbólica. Parece que está claro, não é? V. Excia., já naquela época, reconheceu que a votação tinha que ser nominal. Depois mais tarde, não sei por que razão, V. Excia. pois em votação simbólica. Quer dizer: V. Excia. mesmo, o mesmo Juiz, o mesmo Presidente. Então, como todos nós não somos perfeitos, como todos nós nos enanamos, admitimos nós outros que V. Excia., o que é comum, o que é normal, o que todos os Presidentes fazem, inclusive eu, quando foi honroso para mim o mandato de Presidente nesta Casa, cometer um equívoco, o que é normal, o que é natural, não passível de nada, apenas de uma verificação respeitosamente ao Poder Legislativo. E nós, então, entramos no Plenário, não estando presentes naquela votação, para lembrar a V. Excia. que a votação teria que ser nominal e não sob o regime de ordem simbólica. V. Excia. compreendeu o equívoco, submeteu à votação nominal, não houve "quorum". Não há novidade. O sr. deputado Anibal Cury, agora quer forçar a nós, srs. Deputados que não encontrávamos em plenário, que não votamos aquela matéria, que sejamos considerados como tendo votado, o que é humanamente impossível. Por isso, eu vim, pela ordem, no instante em que não estava se votando o projeto que é a causa desta celeuma de questões de ordem, para dar, apenas pela ordem, uma explicação. Mais, ainda, se a chamada nominal constatou vinte e um srs. Deputados, demonstrou, evidentemente, que a Assembléa Legislativa, por uma questão de ordem abusiva, intempestiva, sem base regimental, porque convenhamos: para que uma decisão da Presidência da Assembléa do Estado do Paraná seja submetida à decisão do plenário é para determinados casos, é para determinados casos, não é sempre, porque o Regimento Interno...

O sr. Anibal Cury — Isso depende do Presidente...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — ... no caso, por amor à discussão é que V. Excia., com esse espírito altamente democrático, quiz satisfazer à vontade, ao desejo de um Deputado nesta Casa, que sai fora do Regimento Interno, submeteu ainda a decisão de V. Excia., à deliberação do Plenário, de um Plenário que não podia se manifestar pela sua maioria absoluta, não podia modificar a decisão de uma Presidência do Poder Legislativo do Estado do Paraná, em minoria. Data vênha à questão de ordem do nobre deputado Anibal Cury, eu compareci nesta minha tribuna apenas para falar pela ordem no instante que não estava "sub-judice", em votação o projeto que é causa de tamanha subversão da ordem.

Era só, sr. Presidente.

O SR. JOAO SIMÕES — (Pela ordem) Sr. Presidente, o nobre sr. deputado Antonio Annibelli, em vista da facilidade e brilhantismo com que sempre fala de sua tribuna toda vez que defende uma tese, ele o faz com tanta segurança e brilhantismo, como disse no início, que quase sempre S. Excia. consegue convencer o Plenário de que a tese por ele defendida é a certa. Haja visto que, na última sessão desta Assembléa, realizada na última sexta-feira, S. Excia. defendia a tese de que seria absurdo fazer-se um requerimento para que o projeto fosse votado simbolicamente. Hoje, com aquêle mesmo brilhantismo característico de S. Excia., defende a tese usando argumentos totalmente diversos dos usados na última sessão de que o projeto de lei ora em discussão.

O sr. Luiz Alberto Dalcanalle — Sr. Presidente...

O SR. JOAO SIMÕES — O nobre deputado Luiz Alberto Dalcanalle parece que se esquece...

O SR. PRESIDENTE — O deputado Luiz Alberto Dalcanalle não pode interromper.

O SR. JOAO SIMÕES — Obrigado sr. Presidente. Dizia eu, sr. Presidente, que o sr. deputado Antonio Annibelli, defendeu hoje, tese completa-

mente diversa da que defendeu na sexta-feira última, já que lendo o Regimento desta Casa, concluímos que S. Excia. tinha plena razão ao aqui afirmar não oser necessário o requerimento para votação simbólica, uma vez que todos os Projetos em votação nesta Casa devem ser votados desta mesma forma. E é por isso, sr. Presidente, que nós estranhamos e levantamos a nossa primeira questão de ordem, após ter sido aprovado pela Casa o Projeto de Lei criando os novos Municípios do Estado, votado no nosso modo de entender, corretamente, mas, mesmo assim concordamos em que aquêles Projeto fôsse votado por votação nominal, atendendo a uma questão de ordem requerida pelos srs. deputados Antonio Annibelli e Luiz Alberto Dalcanalle.

Ora sr. Presidente, é questão pacífica e é do Regimento desta Casa que uma vez seja discutido e requerido por um Deputado uma questão de ordem sobre determinado Projeto na verificação de votação deve ser contado como presente na Casa o Deputado que assim o requereu.

V. Excia. democrática e sábiamente, resolveu transferir à consideração do Plenário a questão de ordem mais uma vez levantada por aquêles mesmos srs. deputados Luiz Alberto Dalcanalle e Antonio Annibelli, que confirmaram assim a sua presença nesta Assembléa.

Ora, sr. Presidente, o que nós não podemos entender é que após por duas vêzes presentes à Assembléa durante esta votação, êstes mesmos Deputados queiram convencer a Assembléa de que não se encontram presentes à votação do Projeto de Lei 761/59.

O SR. PRESIDENTE — Decidindo várias questões de ordem a Presidência pôs em ordem os seus trabalhos.

Inicialmente houve a chamada nominal para votação do Projeto de Lei 761/59 constatando a falta de quorum. Os srs. deputados João Simões e Anibal Curi requereram em uma questão de ordem que fôsem computados os votos dos srs. deputados Antonio Annibelli e Luiz Alberto Dalcanalle que tinham estado presentes há poucos instantes no plenário levantando também questões de ordem. No entanto, na ocasião da votação, êsses Deputados não se achavam em plenário. Ainda a requerimento do sr. deputado Anibal Curi a Presidência transferiu a decisão da questão de ordem ao plenário. No entanto, aí foi o equívoco da Presidência, pois desde que na chamada nominal havia constatado falta de quorum, nessa nova votação deveria ser feita uma verificação de quorum preventiva. Foi o que inicialmente quis fazer a presidência mandando levantar-se os srs. Deputados que estavam de acôrdo.

Entretanto, esta Presidência passou em seguida a fazer a votação simbólica da questão de ordem do sr. deputado Anibal Curi e foi nesta votação simbólica que houve um equívoco da Presidência, porque, de fato, depois de feita a chamada nominal e constatada a inexistência de quorum, a Mesa não poderia por em votação mais nada sem que ficasse constatado o quorum no recinto desta Assembléa.

Assim, a Presidência vai colocar novamente em votação as questões de ordem dos srs. deputados Anibal Cury e João Simões, que foram transferidas para o plenário, mas como verificação de votação.

O SR. ANIBAL CURY — (Pela ordem). Sr. Presidente, de officio, V. Excia. não poderá proceder a verificação de votação. Já que os srs. deputados Luiz Alberto Dalcanalle e Antonio Annibelli acabaram de levantar questões de ordem, entendo que, neste momento, há número para a votação.

V. Excia. poderá proceder a verificação de votação a requerimento de um Deputado mas, de officio, não poderá fazê-la.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não pode por mais nada em votação desde que foi contatada a falta de numero regimental. Só poderá fazer se houver requerimento de Deputado, pedindo a chamada nominal.

Caso contrário dará por encerrada a presente sessão por nada mais haver a tratar.

O SR. JOÃO SIMÕES — (Pela ordem). Sr. Presidente, efetivamente, V. Excia. tem razão quando diz que a chamada nominal não foi respondida pelo número necessário de Deputados.

Entretanto, parece-me que há um equívoco de V. Excia. quando diz que não poderia pôr mais nenhum projeto em votação, uma vez que foi levantada uma Questão de Ordem, muito bem decidida por V. Excia., transferindo para o plenário e, nesta altura, já com número suficiente, para a votação, de Deputados neste recinto.

A minha Questão de Ordem, sr. Presidente, diz respeito se devem ou não ser computados os votos dos srs. deputados Luiz Alberto Dalcanalle e Antonio Annibelli que, inclusive, levantaram questões de ordem logo após a verificação procedida por V. Excia.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência, como já disse anteriormente, só fará uma verificação de votação se fôr apresentado requerimento por um dos srs. Deputados.

Para presidir bem e com imparcialidade esta Presidência deve manter as suas decisões anteriores.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, levantei esta Questão de Ordem para dizer que, sempre fui favorável à criação dos 59 Municípios constantes do projeto de lei que está sendo hoje votado.

Porém, por motivos políticos, calculava eu que a criação destes Municípios, nesta oportunidade, seria inconveniente, porque o Governo usando de sua máquina administrativa, poderia fazer nomeações nestes novos Municípios dando ao Governo, naturalmente, uma situação privilegiada junto ao eleitorado. Mas, depois de termos feito observações junto a quase todos esses Municípios a serem criados e de ter recebido apêlo para que fôssem criados os Municípios, nós constatámos que a máquina do Governo não iria interferir junto ao eleitorado de oposição do Paraná. O eleitorado hoje vota como quer e vota em quem quer. Portanto, nós não poderíamos mais prejudicar a criação desses Municípios, mas também não devemos criá-los numa situação como esta, de hoje, dêste instante. Se vemos que o sr. deputado Luiz Alberto Dalcanalle, e o sr. deputado Antonio Annibelli, estão obstruindo a votação, também não podemos permitir, sr. Presidente, e pedimos a V. Excia., que transfira essa votação para a sessão noturna para que aproveemos a criação desses Municípios, mas de u'a maneira clara e insofismável, porque é muito sério e muito importante para o povo do Paraná e principalmente, para esses que pleiteiam a criação desses Municípios. Peço a V. Excia., sr. Presidente, que atenda ao meu apêlo e que não seja mais votada a Questão de Ordem levantada pelos srs. Deputados João Simões e Anibal Cury, porque eu julgo que não tendo sido verificada na votação nominal, quorum para votação daquele projeto, naturalmente não pode ser mais nenhuma questão de ordem levantada sobre aquela matéria.

Portanto, sr. Presidente, pediria a V. Excia., que transferisse a votação. Temos tempo ainda para aprovação do projeto em tela, que é de fato muito importante para o povo paranaense e nós que representamos o povo, não podemos aqui, na Assembléa, votar de afogadilho ou com dúvidas de algum sr. Deputado. Portanto, peço a V. Excia. que transfira a votação do projeto que cria os 59 Municípios paranaenses, para a sessão noturna. Era só.

O SR. JOSÉ HOFFMANN — (Pela Ordem). Sr. Presidente, V. Excia., afirmou que houve votação nominal do projeto de lei em curso?

Eu quero crer, sr. Presidente, que houve um equívoco. Aqui no Artigo 149. V. Excia. determinou fôsse feita a chamada nominal. Eu respondi

"presente" e um deputado ao meu lado, o deputado Nicanor Vasconcellos, igualmente, pois julgamos que estava sendo procedida a chamada nominal...

O SR. PRESIDENTE — Estava sendo procedida a chamada nominal.

O SR. JOSÉ HOFFMANN — para votação do projeto. Mas não houve votação nominal. Porquanto, o artigo 149 diz: (lê) "A votação nominal far-se-á pela lista geral dos deputados, que serão chamados pelo 1º Secretário e responderão: sim ou não, conforme forem a favor ou contra a matéria em deliberação";

Sr. Presidente, ninguém respondeu sim, nem não. Portanto não houve propriamente votação. Isto, em consonância com o artigo 149 do Regimento Interno.

Era esta a questão de ordem que queria formular a V. Excia.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem do nobre deputado José Hoffmann, a Mesa comunica que houve chamada nominal, ou mesmo votação nominal, não importa e que nessas condições ficou constatado falta de quorum.

O SR. NICANOR VASCONCELLOS — (Pela Ordem). Sr. Presidente, eu apenas desejo que V. Excia. me informe se os projetos a que alude um requerimento de preferência de que sou autor, foram ou não foram aprovados. A consulta tem sua razão de ser por causa do tumulto que houve na presente sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que foram aprovados os Projetos de Lei 440-59, 462-59, 229-60, 350-59.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para às 20.30 horas de hoje, com a mesma Ordem do Dia da presente sessão, menos os projetos aprovados

Levanta-se a sessão.